

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 3 | edição nº 3 | 2014

*Continuidades e Mudanças no Discurso
Brasileiro para Obtenção de Assento
Permanente no Conselho de Segurança
da ONU dos Governos Fernando
Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da
Silva*

Natalia Bandeira Ramos Coelho

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

CONTINUIDADES E MUDANÇAS NO DISCURSO BRASILEIRO PARA OBTENÇÃO DE ASSENTO PERMANENTE NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU DOS GOVERNOS FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Natalia Bandeira Ramos Coelho¹

Resumo: Este artigo buscar ampliar a compreensão de um dos principais objetivos da diplomacia brasileira, a candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU (CSNU). O relançamento oficial dessa meta da política externa foi feito pelo Chanceler Celso Amorim, em 1994, durante o governo do Presidente Itamar Franco. Realizou-se uma análise dessa aspiração do Estado brasileiro a partir do estudo comparativo dos discursos proferidos pelos governos dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) nas Sessões Anuais de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU).

Palavras-chave: Candidatura ao Conselho de Segurança da ONU, Política Externa Brasileira

CONTINUITY AND CHANGE IN BRAZIL'S DISCOURSE FOR PERMANENT SEAT ON THE UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL DURING THE PRESIDENTIAL TERMS OF FERNANDO HENRIQUE CARDOSO AND LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Abstract: This article seeks to broaden understanding of one of the main objectives of Brazilian Foreign Policy: the latter's campaign for a permanent seat in the United Nations Security Council (UNSC). The current aspiration to rise to a long-lasting member status in the UN's most exclusive body was launched in 1994 by the government of former President Itamar Franco, during the tenure of Foreign Affairs Minister Celso Amorim. This study makes a comparative analysis of the speeches made by the administrations of Presidents Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) and Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), delivered at the annual sessions of the UN General Assembly.

Key words: Brazil's bid to the UN Security Council, Brazilian Foreign Policy

¹ Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e atualmente trabalha no Departamento Financeiro do Itamaraty. Email: nataliabrcoelho@gmail.com

"Dois homens de Estado, os presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), ao exercerem 16 anos de mandato, são determinantes para a evolução do modelo brasileiro de inserção internacional, na passagem do século XX para o XXI."
Amado Cervo (2011)

Introdução

Este artigo buscar ampliar a compreensão de um dos principais objetivos da diplomacia brasileira, a candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU (CSNU). O relançamento oficial dessa meta da política externa foi feito pelo Chanceler Celso Amorim, em 1994, durante o governo do Presidente Itamar Franco. Realizar-se-á uma análise dessa pretensão do Estado brasileiro a partir do estudo comparativo dos discursos proferidos pelos governos dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) nas sessões anuais de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU).

A escolha de basear a análise nos discursos proferidos pelo Brasil na abertura das Sessões Ordinárias da AGNU justifica-se, primeiramente, por serem momentos de destaque da participação do governo brasileiro, em que sua fala possui grande ressonância no contexto internacional, servindo como representação do que é prioritário para a política externa brasileira daquele período. Segundo, tendo em vista a coincidência histórica dos presidentes terem exercido dois mandatos presidenciais sucessivos, permanecendo 8 anos cada um no poder, duplicou o número de discursos de cada presidente, aumentando a incidência de manifestação e igualando o universo amostral de cada governante.

O fato de haver grande disparidade entre as propostas, as pautas e as prioridades internas dos dois governantes sugere a suposição de que haja diferenças na condução da política externa brasileira e da candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança nos períodos referentes aos seus mandatos. A análise proposta auxilia na identificação do grau de autonomia que de goza a diplomacia brasileira em relação ao plano interno e às mudanças de governo, sendo, portanto, mais um elemento a auferir relevância na análise comparada dos discursos dos governos das administrações psdbista e petista, que apresentam significativas diferenças partidárias, políticas e ideológicas.

Considerações metodológicas

Foi realizada a análise comparativa qualitativa dos discursos dos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) proferidos na Sessões Ordinárias da AG da ONU, analisando, subsidiariamente, os principais acontecimentos que influíram na condução da reforma da ONU durante o período. Ademais, no que diz respeito ao plano discursivo, verificou-se a importância conferida à candidatura brasileira ao Conselho de Segurança baseando-se na frequência com que foi mencionada, detectando semelhanças e diferenças nos argumentos utilizados pelos representantes da nação de então para sustentá-la.

O objetivo deste trabalho foi realizar uma análise discursiva histórica, para perceber o modo como as diferenças de contexto político, ideológico, interno e externo influenciaram os pronunciamentos dos representantes brasileiros na ONU e moldaram a candidatura do país ao CSNU. Desse maneira, o enfoque desenvolvido aqui é o similar ao de cientistas sociais *"cujo interesse na linguagem é geralmente limitado a descobrir 'o que realmente aconteceu', ou qual é realmente a atitude de um indivíduo com respeito a X, Y ou Z."* (Gill apud Bauer & Gaskell, 2002: p. 244). Por não ser o intento deste estudo realizar uma apreciação do discurso em si mesmo, foge do escopo proposto pela metodologia da análise do discurso do campo da linguística, que *"ao invés de ver o discurso como um caminho para outra realidade, estão interessados no conteúdo e na organização dos textos"* (op. cit., p. 247).

Cada discurso está circunscrito em um aglomerado único de circunstâncias, que refletem desafios, constrangimentos e oportunidades internos e internacionais. Não há dúvida de que inúmeros fatores influenciaram a escolha dos elementos citados e priorizados pelos governantes, de modo que seus discursos refletem não apenas suas ideologias e políticas, mas toda a soma de elementos conjunturais e estruturais de um determinado espaço e em um tempo histórico específico. Pretendeu-se recuperar o essencial desses contextos e, por meio do plano discursivo, analisar a condução da candidatura nacional. Almeja-se, portanto, produzir um conhecimento que amplie a compreensão do período, permita fazer inferências, instigue futuras pesquisas e, quiçá, previsões quanto as possibilidades de concretização da aspiração do Brasil.

As Políticas Externas de FHC e de Lula

As diferenças ideológicas e programáticas existentes entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) são notórias. O ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi um dos principais opositores do governo FHC. A fundamentação argumentativa dos discursos da gestão petista foi centrada na necessidade de mudar as políticas implementadas pela administração do Presidente Cardoso (Vigevani & Cepaluni, 2007).

Não há consenso na literatura, todavia, quanto a se houve prevalência de mudanças ou de continuidades nas políticas externas conduzidas por esses presidentes durante seus respectivos mandatos (Vilela e Neiva, 2011). As semelhanças na atuação internacional do Brasil, que neste artigo se limitam ao âmbito da ONU, mais especificamente à condução da meta de postular uma cadeira permanente no Conselho de Segurança, permitem questionar até que ponto a política externa gozou de autonomia perante influências da política interna e mudanças de governo (Gourevitch *apud* Vilela e Neiva, 2011).

O debate quanto a prevalência de continuidades ou mudanças entre os governos FHC e Lula divide opiniões de relevantes internacionalistas e cientistas sociais. O professor Emérito da Universidade de Brasília, Amado Luiz Cervo, considera que as mudanças na orientação da política externa brasileira foram significativas. Os presidentes teriam sido inspirados por "paradigmas" –conjuntos de conceitos e de visões de mundo que formam a política externa e que orientam a ação diplomática – contraditórios: "o primeiro (FHC) nutria suas ideias e decisões com a filosofia política do neoliberalismo, o segundo (Lula) com a missão logística do Estado" (Cervo & Bueno, 2011: p. 525). Dessa forma, o governo sob o comando do PSDB teria priorizado relações com países desenvolvidos, em especial com os EUA, de forma subserviente; teria tido postura idealista nos fóruns multilaterais; e não aproveitado as possibilidades de parceria com a China, Rússia e Leste Europeu (Cervo, 2003).

Uma corrente intermediária argumenta "que Lula seguiu os passos de FHC em algumas áreas e/ou políticas e inovou em outras" (Vilela e Neiva, 2011: p. 73). Assim, os elementos de continuidade foram mais ou menos presentes a depender do tema e do prisma da análise realizada. Essa é igualmente a posição de Vigevani & Cepaluni (2007), que defendem não ter ocorrido uma ruptura expressiva entre as políticas externas dos dois presidentes, mas, sobretudo, uma mudança de ênfase:

While there was no significant rupture from the paradigms of Brazilian foreign policy—some of the guidelines being reinforcements of actions

already on course in the Cardoso administration—there was a change in the emphasis given to certain options opened previously. (Vigevani & Cepaluni, 2007: p. 1310).

Na visão de Alcides Costa Vaz, o governo Lula expôs mais continuidades que mudanças em relação ao seu predecessor, tendo em vista que não houve um redirecionamento da política externa brasileira: "there are no unprecedented, innovative features or ruptures in the foreign policy priorities defined by President Lula da Silva" (Vaz, 2004: p. 3). Dessa forma, a singularidade da administração petista foi sua disposição em agir de modo mais assertivo e proativo na defesa de seus interesses na arena internacional, pois a maioria das frentes de ação diplomática do governo FHC foram mantidas, como a própria meta de obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

A análise minuciosa dos discursos buscou verificar qual posicionamento teórico – de prevalência de rupturas ou continuidades entre as gestões dos presidentes FHC e Lula – melhor se aplica ao caso da condução da candidatura ao assento permanente do CSNU. Por não ser possível dissociar inteiramente o plano discursivo do contexto histórico em que este se insere, realizou-se o estudo dos principais acontecimentos nos âmbitos interno, regional e internacional que influenciaram os pronunciamentos e a condução da candidatura ao assento do Conselho de Segurança.

Análise dos discursos do governo Fernando Henrique Cardoso

O primeiro pronunciamento do governo FHC na abertura da Quinquagésima Sessão Ordinária da AGNU, em setembro de 1995, foi proferido pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, que ocupou o cargo durante a quase totalidade dos mandatos do governo psdbista, deixando a pasta somente em 2001. O ano de 1995 marcou a celebração do cinquentenário da ONU e não por acaso Lampreia dedicou grande parte de seu discurso à história, aos desafios e às possibilidades futuras da Organização. Isso é evidenciado pelo fato de o Ministro ter se referido às Nações Unidas 36 vezes, sendo essa a segunda maior frequência registrada nos 16 anos analisados, só perdendo para 1997.

Ademais do tema da celebração do quinquagésimo aniversário da ONU, outros acontecimentos importantes daquele ano marcaram o discurso do Ministro Lampreia. No que diz respeito ao contexto interno brasileiro, a recém lograda estabilidade econômica,

decorrente da implementação do Plano Real, aliada à consolidação democrática, auferida por meio de reformas constitucionais, auxiliaram na renovação da imagem do país, que voltou a ocupar posição de destaque como destino de recursos e investimentos externos (Corrêa, 2011: p. 714). No contexto externo,

o chanceler analisou a conjuntura internacional, avaliando o que ele identificava como tendências positivas – fim da guerra fria, solução de diversos conflitos regionais, abertura e crescimento – e negativas, como a persistência da pobreza e da violência, bem como da instabilidade econômica provocada pela especulação e volatilidade dos capitais. (Silva, 2009: p. 2).

A reforma do sistema da ONU, em especial do Conselho de Segurança, foi considerada "um imperativo que não mais deve ser postergado" (Corrêa, 2011: p. 724). A proeminência que as reformas possuem é evidenciada pelas 15 citações ao tema no pronunciamento. O argumento em que se baseia o Chanceler para justificar a urgência da reforma gravita em torno do conceito de **representatividade**. Essa seria necessária para dotar o CSNU de "legitimidade inquestionável"; de composição "mais equilibrada e que reflita melhor a diversidade de visões de mundo"; de "maior autoridade e eficiência" (*op. cit.*, p. 725).

A reforma apontada pelo Ministro sugere a ampliação tanto dos membros permanentes quanto dos temporários. Apesar de não explicitar quantas vagas deveriam ser criadas, nem de mencionar o Brasil como candidato a uma delas, Lampreia deixa transparecer a aspiração brasileira ao proferir que "países em desenvolvimento com projeção global (...) devem estar presentes no núcleo de membros permanentes" (*op. cit.*, p. 725).

Na Quinquagésima Primeira Sessão da AGNU, ocorrida em 23 de setembro de 1996, o Ministro Lampreia voltou a representar o Brasil e a proferir o discurso de abertura em nome do presidente FHC. O pronunciamento apontou para a ameaça da Organização tornar-se anacrônica e declarou que as Nações Unidas "se encontram diante de uma encruzilhada" (*op. cit.*, p. 727), diante das novas configurações das forças mundiais. Uma percepção eminentemente pessimista é esboçada para a ONU, que "enfrenta sua pior crise financeira e de motivação" (*op. cit.*, p. 739), como demonstra o trecho:

Temos de corrigir a tendência a produzir reuniões cujo único resultado é gerar novas reuniões ou resoluções de sentido retórico. Temos de acabar com a imagem de uma ONU morosa, letárgica e incapaz de corresponder aos desafios dos tempos. (*op. cit.*, p. 741).

O endividamento da Organização estaria a ponto de comprometer sua eficiência e o adequado desempenho de suas funções, ameaçando-a com a perda de espaço para outras entidades e organismos. Diante desse quadro, a solução indicada por Lampreia seria reformar as Nações Unidas, fundamentando-se nos seguintes elementos: possibilitar a ONU ser um contraponto ao unilateralismo e às "políticas de poder"; provê-la de "capacidade de atuação no mundo", que não é mais como o da época de sua criação; devolver-lhe a "condição de foro privilegiado do debate e da ação político-diplomática" (*op. cit.*, p. 741). O embaixador defende, igualmente, a reforma do CSNU, como apontado no trecho:

Há hoje um virtual consenso de que o Conselho deve ser ampliado para **permitir uma maior participação de países com capacidade de atuação global e disposição de arcar com as responsabilidades daí decorrentes.** (*op. cit.*, p. 742).

Embora a aspiração brasileira de ocupar um assento permanente no CSNU não seja explicitamente mencionada, há um apelo, na passagem supracitada grifada (grifo meu), para a ampliação do órgão a países capazes de atuar globalmente. Essa demanda foi seguida pela apresentação das características brasileiras que corroboram a concessão de maior espaço de atuação do Brasil na arena mundial, fornecendo indícios da candidatura 'velada' do Brasil.

As credenciais apresentadas por Lampreia para legitimar a ampliação da participação brasileira no âmbito internacional foram: as dimensões da democracia, da economia e do mercado internos; a capacidade de atração de investimentos; o fato de o país ser um vetor de paz e de possuir ampla diversidade interna (multiculturalismo). A esses fatores, acrescentou-se o Brasil ser um líder em desarmamento, fato que é reiterado inúmeras vezes, como demonstram as sete ocorrências do termo ao longo do discurso.

A Quinquagésima Segunda Sessão Ordinária da AGNU, em 22 de setembro de 1997, foi novamente aberta por pronunciamento do Ministro Luiz Felipe Lampreia. Foi a primeira sessão após a ascensão de Kofi Annan ao posto de Secretário-Geral da ONU. As propostas de reforma dele, apresentadas no relatório "Renewing the United Nations: A Programme for Reform"², e as do então presidente da AGNU, o Embaixador malásio

² Esse primeiro plano de reforma de Annan não sugeriu a expansão dos assentos do Conselho de Segurança, o foi feito posteriormente com o relatório "In a Larger Freedom", apresentado na AGNU em 2005. Disponível em: www.globalpolicy.org.

Razali³, foram recebidas com satisfação pelo governo brasileiro, alterando o tom pessimista do discurso proclamado no ano anterior. Impulsionado pelas proposições, Lampreia deteve-se mais detalhadamente no tema da reforma e na proposta brasileira, sendo esse o discurso em que o assunto foi mais amplamente elaborado de todos os dezesseis anos analisados.

A parte do pronunciamento que se refere à ONU principia assinalando os problemas enfrentados pela Organização, que comprometem sua eficácia na promoção da paz, da cooperação e do desenvolvimento: inação, incapacidade de gerar consensos, obstrucionismo e excessiva politização. Dessa forma, o Ministro urge para a realização da reforma e preconiza que ela compreenda não apenas mudanças na estrutura da Organização, mas também nos temas e conteúdos trabalhados no âmbito das Nações Unidas. Isso foi ressaltado nas passagens:

As Nações Unidas não podem perder-se em tarefas cuja execução melhor caberia a outros Organismos internacionais ou agências especializadas. (op. cit., p. 757).

É urgente q a Assembleia Geral evolua para uma agenda mais concentrada naquilo que é fundamental para assegurar um papel de relevo para as Nações Unidas nas relações internacionais. (op. cit., p. 758).

(...) é imperativo que as Nações Unidas recuperem o sentido original da Carta, concentrando-se nas suas missões essenciais (...) (op. cit., p. 758). Os Estados-Membros devem (...) assumir o compromisso de estabelecer prioridades e eliminar o supérfluo. Só assim a Organização inteira – e não apenas o Secretariado – poderá se concentrar em suas tarefas fundamentais. (op. cit., p. 758).

No que diz respeito aos argumentos elencados pelo Embaixador brasileiro para justificar a reforma do CSNU, a necessidade de auferir maior representatividade ao órgão é novamente ressaltada. Lampreia defende a ampliação dos assentos permanentes e dos rotativos, ambos com a inclusão de países em desenvolvimento; e rechaça a criação de novas categorias de membros, o que esvaziaria o poder dos futuros integrantes. A inovação do discurso do Ministro foi mencionar que o Brasil "já se manifestou pronto a aceitar as responsabilidades decorrentes da condição de membro permanente do Conselho de Segurança" e que o país ocuparia o assento "em representação da América Latina e do Caribe" (Lampreia, 1997: p. 369).

³ O "Plano Razali" propunha a criação de cinco novos assentos permanentes: duas a serem ocupadas por países desenvolvidos e uma por cada região: África, América Latina e Ásia. Os membros temporários teriam mais quatro vagas, três ocupadas pelas regiões supracitadas e uma pela Europa Oriental. Disponível em: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/campos/antonio_celso_alves_pereira.pdf. Acesso em 20 de setembro, 2013.

O Brasil foi novamente representado pelo Ministro Lampreia, na Quinquagésima Terceira Sessão da AGNU, que proferiu o discurso inaugural, em 21 de setembro de 1998. O pronunciamento refletiu o contexto de agravamento da crise asiática, iniciada, no ano anterior, com flutuações monetárias na Tailândia, que terminaram se alastrando pelos países da região, contaminando o sistema financeiro da Rússia e, finalmente, o da América Latina. A crise alcançou o Brasil, em 1998, causando forte pressão sob a moeda e as reservas nacionais.

O discurso do Embaixador mencionou as "credenciais" do Brasil para "desempenhar papel mais ativo na construção de uma ordem mundial que favoreça a realização da paz e do desenvolvimento" (Corrêa, 2012: p. 770): peso relativo do país; histórico de seu comportamento internacional; amadurecimento da democracia; modernização da economia. Pode-se inferir que essas credenciais serviriam igualmente para legitimar a aspiração brasileira no CSNU, tendo em vista que a atuação do Brasil no Conselho seria na direção de promover objetivos análogos.

Quanto ao tema da reforma da ONU, Lampreia reiterou a posição brasileira de que o CSNU deve ser ampliado, "nas duas categorias de membros, com a presença, em ambas, de países em desenvolvimento" (*op. cit.*, p. 774). Os argumentos empregados para validar a demanda pela reforma são semelhantes aos mencionados no discurso da Quinquagésima Sessão, de setembro de 1995, e baseiam-se em três elementos: necessidade de aumentar a legitimidade, a representatividade e a eficácia do Conselho.

O primeiro ano do segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique foi marcado, no plano interno, pela desvalorização do real, decorrência, entre outros fatores, de uma crise especulativa. No cenário mundial, a incapacidade da ONU de resolver as crises dos Balcãs, do Timor Leste e de Angola influenciou o discurso feito pelo Chanceler Lampreia, em 20 de setembro de 1999, na abertura da Quinquagésima Quarta Sessão da Assembleia Geral. O pronunciamento incitou apenas de forma vaga a temática da reforma, exortando o "caminho da renovação, da mudança" para que a Organização seja "forte e eficaz" (*op. cit.*, p. 790). O padrão esboçado nos anteriores foi rompido, tendo em vista o discurso não explicitar a reforma do Conselho de Segurança.

Em 12 de setembro de 2000, o Ministro Lampreia proferiu seu sexto e último discurso como representante brasileiro na abertura da Quinquagésima Quinta Sessão da AGNU. Conforme avalia o Embaixador Seixas Corrêa, o pronunciamento "caracterizou-se por especial viés analítico. Iniciava-se o novo milênio, o momento era de avaliação e de

renovação de expectativas" (*op. cit.*, p. 793).

A realização da Cúpula do Milênio, o fracasso da Conferência Geral da Organização Mundial de Comércio (OMC), em Seattle, e a iniciativa brasileira de sediar a I Reunião de Presidentes da América do Sul foram alguns dos acontecimentos que integravam o contexto da virada do século. O balanço realizado pelo chanceler em sua fala, todavia, não mencionou a reforma da ONU – episódio inédito na gestão do governo FHC – , nem a reforma do Conselho, que também não foi mencionada no discurso do ano anterior.

O ano de 2001 foi de grande conturbação no âmbito mundial. Os atentados, de 11 de setembro, ao World Trade Center e ao Pentágono, causaram o adiamento da abertura dos trabalhos da Assembleia Geral. O tema do terrorismo foi o principal assunto abordado nas sessões da AGNU, iniciadas apenas em novembro. No contexto regional, a crise econômica argentina causou desgastes na relação com o Brasil e, conseqüentemente, no MERCOSUL. A paralisia das negociações comerciais da OMC, emperradas desde o fiasco de Seattle, foi finalmente superada com a realização da Conferência em Doha, quando a "rodada do desenvolvimento" teve início.

Tendo em vista o quadro de instabilidade política mundial, o discurso do Brasil, na Quinquagésima Sexta Sessão de abertura da AGNU, em 10 de novembro de 2001, foi realizado pelo próprio presidente. Foi a primeira vez que Fernando Henrique Cardoso fez o discurso pessoalmente, no seu sétimo ano como chefe do Estado brasileiro. O tema da reforma da ONU foi retomado, com a exortação do presidente para que o CSNU contemple em seus membros permanentes "países em desenvolvimento com credenciais para exercer as responsabilidades que a eles impõe o mundo de hoje" (*op. cit.*, p. 820).

Trata-se, novamente, de apelo a candidatura velada do Brasil ao assento permanente, fundamentada em argumento exposto em inúmeras ocorrências: o da representatividade. Ao defender que o Conselho não pode permanecer com uma composição que reflete "o arranjo entre os vencedores de um conflito ocorrido há mais de 50 anos" (*op. cit.*, p. 820), FHC aproveita para lançar mais um elemento, inédito, a favor da concessão de uma vaga permanente no CSNU ao Brasil, a participação de soldados brasileiros na II Guerra Mundial.

O último pronunciamento do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso perante a da Quinquagésima Sétima Sessão Ordinária da AGNU, em 12 de setembro de 2002, foi realizado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Lafer, que sucedeu Lampreia no comando do Itamaraty e permaneceu na função até o fim do mandato

no presidente Cardoso. O ano foi marcado por conturbações no Oriente Médio, com os EUA preparando-se para a Guerra do Iraque, que seria iniciada no ano seguinte. O contexto interno caracterizava-se pela instabilidade gerada pela eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que "assustou" os mercados, levando à fuga de capitais e pressão sobre a moeda (Corrêa, 2012: p. 824).

No que se refere à questão da reforma do CSNU, o discurso de Lafer manteve-se fiel a linha desenvolvida até então. Voltou a exortar a ampliação dos assentos permanentes e temporários do Conselho, fundamentando-se no imperativo de "aumentar sua legitimidade e criar bases mais sólidas para a cooperação internacional". A candidatura do Brasil persiste, conquanto indireta, sugerida na afirmação de que o país "está pronto a dar sua contribuição para o trabalho do Conselho de Segurança e a assumir todas as suas responsabilidades" (*op. cit.*, p. 831).

Análise dos discursos do governo Luiz Inácio Lula da Silva

O primeiro discurso do governo petista perante a Quinquagésima Oitava Sessão Ordinária da AGNU foi proferido pelo próprio presidente, em 23 de setembro de 2003. Os principais acontecimentos internacionais que influenciaram o pronunciamento foram a invasão do Iraque, a morte de Sergio Vieira de Melo, a denúncia do Tratado de Não Proliferação (TNP) pela Coreia do Norte. O início do conflito iraniano, sem o aval da ONU, suscitou questionamentos quanto a perda de relevância das Nações Unidas no gerenciamento e resolução de crises mundiais e serviu de impulso para que fosse dado destaque ao tema da reforma no discurso do presidente Lula.

O apelo de Lula à reforma da ONU realizou-se em bases não distantes do que era feito pelo seu antecessor. A interpelação ao "risco de retrocesso no ordenamento político internacional" e à necessidade de dotar o CSNU de "instrumentos eficazes de ação" e de legitimidade assemelha-se aos argumentos do governo psdbista. O discurso do presidente sugere a expansão dos membros do Conselho, especialmente dos permanentes, que modo que essa reflita

as mudanças que se processaram no mundo, sobretudo a emergência de países em desenvolvimento como atores importantes muitas vezes exercendo papel crucial na busca no cenário internacional de soluções pacíficas e equilibradas para conflitos. (*op. cit.*, p. 841).

Embora não se esboce uma proposta clara no que tange a quantidade nem a

composição almejada para o CSNU, o modelo dos pleitos anteriores de defender tacitamente as credenciais do Brasil para ocupar uma vaga permanente persiste. Dessa forma, a candidatura velada é evidenciada pela afirmação de que "o Brasil está pronto a dar sua contribuição", elemento frequentemente reiterado e parafraseado em vários discursos, tanto psbdistas quanto petistas.

Lula reintroduz outro componente que havia emergido apenas na locução do Ministro Lampreia de 1997: a de que poderia ser o representante da América Latina no CSNU. Fica subentendido na afirmação de que o Brasil estaria pronto para "refletir as percepções e os anseios" do continente latino-americano e no agradecimento ao apoio recebido "na América do Sul e fora dela"⁴, estimulando o presidente a persistir na defesa de um Conselho "adequado à realidade contemporânea" (*op. cit.*, p. 841).

O pronunciamento do presidente Lula perante a Quinquagésima Nona Sessão Ordinária da AGNU, em 21 de setembro de 2004, conclama uma reforma do Conselho que contemple a ampliação dos seus membros permanentes, de modo que esteja adequado à realidade contemporânea e que não perpetue "aquela do pós-Segunda Guerra ou da Guerra Fria" (*op. cit.*, p. 859). Embora o discurso não mencione a candidatura, houve grande movimentação da diplomacia brasileira naquele ano em prol da aspiração do Brasil, tanto com a formação do G-4⁵ quanto com a colaboração do representante brasileiro no Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudanças, instituído e coordenado pelo Secretário-Geral da ONU Kofi Annan⁶.

Em 17 de setembro de 2005, foi a ocasião do Embaixador Celso Amorim, que estava na condução do Itamaraty desde 1º de janeiro de 2003, no início do governo do presidente Lula, representar o Brasil na abertura da Sexagésima Sessão Ordinária da AGNU. O tema da reforma permanecia em voga na agenda internacional e dias antes da inauguração dos trabalhos anuais da Assembleia Geral, o Conselho de Segurança havia organizado uma reunião de cúpula, que contou com a presença do presidente Lula, para discutir as propostas de ampliação.

Amorim centrou sua argumentação em favor da reforma do CSNU na premência de

⁴ A busca por apoio à candidatura brasileira em encontros presidências bilaterais foi um elemento inovador da diplomacia presidencial do governo Lula. (Brigido, 2010).

⁵ O G-4 foi criado em setembro de 2004 com o objetivo de promover a articulação conjunta das candidaturas de Brasil, Índia, Japão e Alemanha a membros permanentes do CSNU.

⁶ O trabalho do painel considerou a ampliação do Conselho de Segurança uma necessidade e elaborou duas propostas de reforma (Brigido, 2010).

um Conselho mais representativo, democrático e eficaz; que não perpetue "desequilíbrios contrários ao espírito do multilateralismo" (*op. cit.*, p. 893). No que tange a proposta brasileira, o Ministro limitou-se a defender uma "expansão dos assentos permanentes e não permanentes, com países em desenvolvimento da África, da Ásia e da América Latina em ambas as categorias" (*op. cit.*, p. 893).

Apesar do pleito nacional em prol do alcance de uma vaga definitiva no CSNU não ser mencionado, Amorim elenca os avanços da política externa brasileira, exemplificando o compromisso do país com "os ideais que levaram a criação da única Organização de vocação universal" (*op. cit.*, p. 896). Esses avanços, enumerados pelo Chanceler, podem ser entendidos como credenciais indiretas do Brasil, que justificariam a concessão de maior proeminência ao espaço de atuação do país na arena internacional. O renovado interesse pelo mundo árabe, a participação nos esforços de paz no Haiti, o fortalecimento dos vínculos com a África, a criação do IBAS e do G-20, a integração com os vizinhos da América do Sul por meio do MERCOSUL são os fatos elencados para ilustrar a capacidade de atuação global do Brasil.

No pronunciamento de 19 de setembro de 2006, Lula voltou a dirigir-se ao plenário da Assembleia Geral, na abertura da Sexagésima Primeira Sessão. A realização da primeira cúpula de Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), em 13 de setembro, em Brasília, foi importante marco do projeto diplomático iniciado pelo presidente Lula, em 2003. O chefe do Estado brasileiro, junto com presidente sul-africano, Thabo Mbeki, e o primeiro-ministro indiano, Manmohan Singh, assinaram vários acordos para estimular a cooperação e a coordenação política em temas globais⁷. Outro acontecimento relevante na agenda mundial foi o impasse nas negociações da Rodada Doha da OMC, que paralisou o processo negociador, não obstante os esforços diplomáticos feitos pelo Brasil.

Em seu discurso perante a AGNU, Lula fez uma ligação entre a temática comercial e a de segurança, indicando que "se a Rodada fracassar, ... males como o crime organizado, o narcotráfico e o terrorismo encontrarão terrenos férteis para proliferar" (Correa, 2012: p. 901). Ademais, o presidente apontou para a "erosão de credibilidade" da ONU, que diante dos conflitos no Oriente Médio, foi acusada, pela opinião pública mundial, de ser incapaz de agir com a necessária celeridade. O caráter imperativo da reforma da ONU, em especial do seu Conselho, é justificado com argumentos recorrentes no discurso brasileiro: o órgão

⁷ Disponível em: http://www.ibsa-trilateral.org/images/stories/documents/declarations/1st_summit_declaration.pdf. Acesso em 07 de março, 2014.

deve tornar-se mais democrático, legítimo e representativo.

A inovação da gestão petista consistiu em vincular a candidatura brasileira a uma ação conjunta de países, do G-4 e da "grande maioria dos estados membros" que apoiavam a ampliação do Conselho para que este contemplasse países em desenvolvimento em seu quadro permanente. (*op. cit.*, p. 907). O caráter inovador desse apelo, que não existia nos pronunciamentos do governo FHC, foi resultado de intensa movimentação da diplomacia brasileira em favor do pleito nacional, articulado em eventos da ONU, em encontros presidenciais bilaterais e em reuniões do G-4. Conquanto a menção à candidatura no discurso do presidente seja relativamente breve, deixa transparecer as diversas e amplas frentes que o país tomava no sentido de concretizar a aspiração do Brasil.

O ano de 2007 foi caracterizado por volubilidades no mercado imobiliário norte-americano, que deram origem a maior crise financeira mundial desde a Grande Depressão de 1930. A crise afetou intensamente os mercados europeus e asiáticos, dominando a agenda da Cúpula do G-7/G-8⁸, em Heiligendam, na Alemanha, ocorrida em junho. Internamente, a situação era estável, tendo as políticas sociais implementadas pelo governo petista durante seu primeiro mandato permitido ao Brasil suavizar os efeitos nocivos da crise financeira na economia nacional.

O discurso do Presidente Lula perante a Sexagésima Segunda Sessão da AGNU, em 25 de setembro de 2007, foi a primeira participação do presidente na Assembleia Geral após sua reeleição. O líder petista abordou o tema da reforma do Conselho de Segurança e felicitou a proposta francesa, apresentada pelo então presidente Nicolas Sarkozy, de ampliar os assentos permanentes com a entrada dos países do G-4 e de um ou dois países africanos, além da expansão dos membros não permanentes. Lula incita a reformulação do Conselho, sem explicitar, contudo seus pormenores. Apenas reitera o argumento principal de "ser necessária uma maior participação dos países em desenvolvimento nos grandes foros de decisão internacional, em particular o Conselho de Segurança das Nações Unidas" e estressa a premência da reforma conclamando: "É hora de passar das intenções à ação." (*op. cit.*, p. 919).

⁸ A primeira reunião do Grupo dos Sete ocorreu em 1975, sem a presença do Canadá, que foi incluído no encontro do ano seguinte, em 1976. Desde então, os sete Estados mais ricos do mundo reúnem-se anualmente para debater as principais questões político-econômicas mundiais. A Rússia entrou formalmente no grupo em 1989, na Cúpula de Birmingham. Em 1999, no contexto da crise asiática, formou-se o G-20, com a inclusão de países emergente, entre eles o Brasil, convidados pelos membros originais do G-7. Disponível em: <http://www.globalpolicy.org/social-and-economic-policy/the-three-sisters-and-other-institutions/group-of-seven-group-of-eight-group-of-twenty.html>; <http://blog.risingbricsam.com/?p=2126>. Acesso em 7 de março, 2014.

O ano subsequente foi caracterizado, no plano mundial, pelo alastramento da crise financeira, especialmente na Europa, e, no âmbito regional, pela criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). O pronunciamento do presidente Lula, na Sexagésima Terceira Sessão Ordinária da AGNU, em 23 de setembro de 2008, foi "acentuadamente crítico das estruturas internacionais, apontadas como causadoras da crise" (*op. cit.*, p. 926). A abordagem do tema da reforma do Conselho foi semelhante a ocorrida em anos anteriores. O argumento da composição anacrônica do CSNU, que limita sua representatividade e legitimidade, é evidenciado na passagem "A estrutura vigente, congelada há seis décadas, responde cada vez menos aos desafios do mundo contemporâneo" (*op. cit.*, p. 934).

Ainda que não tenha explicitado a candidatura do Brasil para assento permanente do CSNU, Lula dedicou boa parte de seu discurso a apresentar possíveis credenciais brasileiras, como suas ações solidárias em países pobres, sobretudo os africanos; sua atuação no IBAS, no G-20, nos BRICS, nas cúpulas América do Sul-África e América do Sul-Países Árabes; além de sediar a cúpula da UNASUL sobre integração e desenvolvimento. Dessa forma, salientou o presidente:

Simplesmente pelo diálogo direto, sem intermediação das grandes potências, os países em desenvolvimento têm-se credenciado a cumprir um novo papel no desenho de um mundo multipolar. (*op. cit.*, p. 934).

O discurso de Lula, proferido perante a Sexagésima Quarta Sessão Ordinária da AGNU, em 23 de setembro de 2009, foi, ainda, fortemente influenciado pelas consequências da crise financeira mundial. O âmbito interno era caracterizado, principalmente, pela diminuição do crescimento econômico, pela piora de índices sociais e pelas movimentações políticas para as eleições presidenciais, que ocorreriam no ano seguinte.

Em relação a temática da reforma, presidente retomou a linha de política externa consistentemente defendida pelo seu governo e clamou por um Conselho de Segurança mais representativo, renovado e "aberto a novos membros permanentes". O presidente consagrou grande parte de sua fala a elencar as qualidades que a Organização das Nações Unidas deveria possuir e apresentou a transição em direção a um mundo multipolar como um possível fator de revitalização da Organização. O pronunciamento encerrou-se urgindo a construção de uma ordem internacional "sustentável, multilateral, menos assimétrica,

livre de hegemonismos e dotada de instituições democráticas" como "a única forma de reparar tantas injustiças e de prevenir tragédias coletivas" (*op. cit.*, p. 950).

O último pronunciamento do governo Lula, perante o plenário da AGNU, em 23 de setembro de 2010, foi realizado pelo Ministro Celso Amorim. A delegação da realização do discurso ao chanceler pode ser justificada pelo envolvimento de Lula nas eleições presidenciais daquele ano, que garantiriam a continuidade da gestão petista, agora sob o comando da futura presidenta Dilma Rousseff. O chefe da diplomacia brasileira fez, na abertura da Sexagésima Quinta Sessão da AGNU, um balanço dos oito anos da administração *lulista* e reafirmou as linhas gerais da política externa do presidente: a integração regional, o humanismo, a solidariedade, a promoção dos direitos humanos, as iniciativas de cooperação Sul-Sul, o estreitamento das relações com a África, a defesa do meio ambiente, o multilateralismo.

A defesa da reforma do Conselho de Segurança foi mencionada, reiterando os argumentos apresentados pelo presidente Lula ao longo dos anos em que esse se dirigiu à plenária da ONU. O apelo em favor de que o CSNU fosse aberto à "participação dos países em desenvolvimento, inclusive como membros permanentes" (*op. cit.*, p. 967) sintetizou a proposta brasileira. Os métodos de trabalho do Conselho foram, ademais, objeto de crítica e o ministro clamou por mais transparência no encaminhamento de "assuntos que interessam a toda a Humanidade" (*op. cit.*, p. 967).

Conquanto não seja apresentado nenhum novo elemento no que tange a visão do Brasil sobre a reforma da ONU, o Ministro Amorim elencou uma nova credencial brasileira para integrar de forma permanente o Conselho. A inédita participação brasileira no imbróglio nuclear do Irã, que resultou na Declaração de Teerã de 17 de maio de 2009, expôs a disposição brasileira em assumir maiores encargos nas ações a favor da paz e da segurança internacionais. O envolvimento brasileiro nas negociações do Oriente Médio não trouxe os resultados almejados, tendo em vista não ter logrado impedir a adoção de sanções pelo CSNU contra o governo do Irã. Serviu, contudo, para mostrar ao mundo que "o Brasil tem procurado corresponder ao que se espera de um membro do Conselho de Segurança, mesmo não permanente, que é contribuir para a paz" (*op. cit.*, p. 967).

Crítérios de comparação

Os elementos encontrados nos discursos foram categorizados em alguns critérios de

comparação, para facilitar a identificação e a análise das rupturas e continuidades presentes no plano discursivo. O primeiro critério é o do argumento utilizado para embasar a reforma: como ela se justifica? Por que é necessária? O segundo apresenta as deficiências e ameaças que os governos do FHC e do Lula identificaram na atuação da ONU e do Conselho de Segurança. O terceiro critério comparativo elenca as credenciais do Brasil que permitem ao Brasil ascender à posição de maior destaque na configuração de poder mundial. O quarto contabiliza as menções à temática da reforma das Nações Unidas e do CSNU, para estimar a importância concedida à questão por meio da sua reiteração no plano discursivo.

O levantamento dos elementos encontrados nos discursos demonstra inúmeras semelhanças entre as conduções da política externa brasileira para a obtenção de assento permanente no Conselho dos presidentes em questão. Embora tivessem sido movidos por objetivos e razões políticas diferenciadas, bem como por uma infinidade de acontecimentos únicos, ambos governos concederam posição de destaque a esse objetivo. Não apenas as duas gestões mencionaram reiteradamente esse tema em seus discursos nas Sessões Ordinárias da AGNU, como também fundamentaram o pleito nacional com argumentos similares. A necessidade de auferir maior representatividade ao Conselho foi o elemento mais citado, estando presente na grande maioria dos pronunciamentos, seguido pelo apelo em conferir maior eficácia, legitimidade e democraticidade às ações emanadas do CSNU.

Outro argumento apresentado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso ao defender essa meta da política externa brasileira consistiu em atribuir ao Brasil a condição de representante da América Latina, conforme discurso proferido pelo Chanceler Luiz Felipe Lampreia, na 52ª Sessão da AG da ONU, em 1997. Lula utilizou-se de recurso semelhante quando alegou que o Brasil estaria pronto para "refletir as percepções e os anseios" (*op. cit.*, p. 841) do continente latino, no pronunciamento perante a Quinquagésima Oitava Sessão Ordinária da AGNU, em 23 de setembro de 2003.

As deficiências da Organização, elencadas pelos governos FHC e Lula, bem como as ameaças advindas da incapacidade em reformá-la, são, ademais, similares. Os principais riscos à atuação da ONU e do Conselho de Segurança são anacronismo, morosidade, falta de credibilidade, inação, incapacidade de gerar consensos, obstrucionismo e excessiva politização.

No que se refere as credenciais brasileiras para ocupar papel de maior destaque no

contexto mundial, houve menos semelhanças, inclusive por serem elementos que refletiam diferenças de prioridades de política externa e mudanças conjunturais tanto internas quanto internacionais. O governo FHC mencionou o amadurecimento da democracia; a modernização da economia; a dimensão do mercado interno; a capacidade de atração de investimentos; a diversidade interna (multiculturalismo); as iniciativas de desarmamento; o peso relativo do país; o histórico de seu comportamento internacional pacifista.

O governo Lula, por outro lado, enfatizou os contatos com o mundo árabe; os esforços de paz no Haiti; o fortalecimento dos vínculos com a África; a atuação do IBAS, do G-20 e dos BRICS; o aprofundamento da integração com os países latinos; e a participação brasileira das negociações de segurança no Oriente Médio como fatos que demonstram a capacidade de atuação global do Brasil.

O governo FHC abordou com maior frequência a temática da ONU, como evidencia o quadro (abaixo) que apresenta a número de ocorrências que o termo 'Nações Unidas' – incluindo seus sinônimos – foi mencionado nos pronunciamentos de ambos governos. Apesar de frequência significativamente maior que a apresentada pelo governo Lula, dos oito anos de administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o tema da reforma do Conselho de Segurança não foi explicitado nos pronunciamentos perante a 54^a (1999) e a 55^a (2000) Sessões Ordinárias da AGNU, o que não ocorreu em nenhum discurso proferido durante os dois mandatos petistas.

Resultados obtidos/ Conclusão

A análise dos pronunciamentos dos governos FHC e Lula perante as Sessões Ordinárias das AGNU no período de 1995 a 2010 demonstrou que, no âmbito dos discursos compreendidos neste universo amostral, prevaleceram continuidades quanto ao tema da candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. A proposta de reformulação do Conselho, com a inclusão de novos membros, contemplando países em desenvolvimento em seus assentos permanentes, foi defendida por ambos governos. A aspiração brasileira em ocupar uma das vagas do CSNU ampliado fez-se presente, na maioria das ocorrências, de forma velada e indireta.

Não obstante o governo do presidente petista ter se utilizado de argumentos similares aos do seu antecessor, como o de tornar o Conselho um órgão mais democrático, legítimo e representativo, Lula inovou nas diversas frentes de ação que tomou para

legitimar a ambição brasileira. Esses empreendimentos da diplomacia nacional, sob a liderança de Celso Amorim, são mencionados nos discursos, contudo, sem que seja possível ter a precisa dimensão da mudança na condução do pleito brasileiro que representaram.

Ademais, Lula inovou no empenho que concedeu a concretização da candidatura brasileira, refletido na presença significativa do presidente petista nas Sessões da AGNU. Ao contrário do seu antecessor, que se fez representar pelos seus Ministros de Estado em 7 de seus 8 anos de governo, Lula fez pessoalmente 6 pronunciamentos perante as Sessões Ordinárias da AGNU, só delegando ao Ministro Amorim essa atribuição em 2 ocasiões. A questão que o presidente Lula fazia em comparecer pode ser considerada um indicativo da maior importância que o seu governo atribuiu ao desempenho de papel de destaque pelo Brasil no contexto mundial, do que a concretização do pleito brasileiro como membro permanente do CSNU seria o coroamento.

Apesar de ambos presidentes terem desenvolvido ampla diplomacia presidencial, apenas Lula usou-se de encontros bilaterais para angariar apoio a causa nacional (Brigido, 2011). Ademais, a aliança forjada com os outros candidatos a membros permanentes do Conselho, representada pelo G-4, a liderança assumida pelo Brasil do Comando Militar da Missão das Nações Unidas para estabilização do Haiti (MINUSTAH) e a participação brasileira nas negociações sobre o programa nuclear do Irã, que culminou na Declaração de Teerã, de 2010, foram iniciativas inéditas, que serviram para embasar e legitimar o discurso do Brasil ser capaz de desempenhar crescentes responsabilidades na arena internacional.

Dessa forma, a perspectiva analítica que parece mais se aplicar ao posicionamento brasileiro diante da reforma do Conselho é a de autores como Vaz (2004) e Vigevani & Cepaluni (2007), que defendem não ter ocorrido uma ruptura expressiva entre as políticas externas dos presidentes, mas, sobretudo, uma mudança de ênfase:

(FHC) wanted a permanent seat on the UN Security Council, but not enough effort was put into this objective by Brazilian diplomacy. Cardoso reached the point of declaring that he would prefer deepening regional integration and being part of the G-7 to a seat on the Security Council.

(Lula's) Minister Celso Amorim firmly expressed the country's wish to obtain a permanent seat on the Security Council. The efforts put into this objective were considerable. Brazil's mission to Haiti is an attempt to prove to the international community that the country is ready to be a permanent Council member. (Vigevani & Cepaluni, 2007: p. 1322).

Este artigo visou entender como as significativas diferenças partidárias, políticas e ideológicas entre os presidentes FHC e Lula influenciaram a condução da política externa brasileira para a consecução de ascender a um assento permanente do CSNU. Por meio da análise dos pronunciamentos feitos nas sessões da AGNU, demonstrou-se que a candidatura permaneceu presente na quase totalidade dos discursos proferidos por ambos governos. Não houve, ademais, rupturas nos argumentos apresentados para embasá-la, nem na proposta de como deveria ser um futuro Conselho ampliado. A principal distinção evidenciada foi o maior empenho do governo Lula na direção de concretização dessa meta, o que, apesar de mencionado nos seus pronunciamentos, evidenciou-se mais no plano das ações diplomáticas do que no âmbito discursivo.

Quadro sinóptico de menções à ONU, ao Conselho e às respectivas reformas⁹:

GOVERNO FHC							
	Nações Unidas	ONU	Organização (referindo-se à ONU)	Reforma da ONU	Reforma do Conselho	Conselho de Segurança	Palestrante
1995	24	0	5	7	8	1	Lampreia
1996	17	13	8	2	2	0	Lampreia
1997	23	0	8	7	8	6	Lampreia
1998	2	1	2	5	2	1	Lampreia
1999	9	0	2	0	0	3	Lampreia
2000	8	2	1	0	0	0	Lampreia

⁹ Ressalta-se que não foram contabilizadas as menções a ONU quando estas tratavam-se de citações a conferências ou a cargos de funcionários. As classificações em menções que se referem ou não à reforma podem apresentar certa imprecisão, tendo em vista a contextualização dos pronunciamentos dar margem a interpretações, por vezes, subjetivas.

2001	5	3	3	1	2	0	Cardoso
2002	8	3	4	0	2	5	Lafer
TOTAL:	96	22	33	22	24	16	
GOVERNO LULA							
2003	5	9	2	2	3	0	Lula
2004	2	1	0	0	2	1	Lula
2005	6	0	4	0	4	2	Amorim
2006	6	0	1	0	3	1	Lula
2007	5	0	0	0	2	0	Lula
2008	2	0	0	0	2	0	Lula
2009	2	10	0	1	2	0	Lula
2010	0	2	0	0	1	1	Amorim
TOTAL:	33	22	7	3	19	6	

Fonte: Tabela elaborada pela autora. Brasília, outubro, 2013.

Referências bibliográficas

BRIGIDO, Eveline Vieira. **O Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança da ONU: estratégias da diplomacia brasileira para a obtenção de um assento permanente**. Tese de Doutorado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 4a. ed. ampliada. Brasília: Ed. UnB, 2011.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz. A política exterior: de Cardoso a Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 46, 7, 2003.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946 – 2011**. Brasília: Funag, 3ª ed., 2012.

BAUER, Martin W. & GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som – Um manual prático**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.

VAZ, Alcidez. Brazilian foreign policy under Lula: Change or continuity? Dialogue on Globalization, **FEX Briefing Paper**, 4, 2004.

VIGEVANI, T., & CEPALUNI, G. (2007). Lula's Foreign Policy and the Quest for Autonomy through Diversification. **Third World Quarterly**, Vol. 28, No. 7, 2007, pgs. 1309-1326

VILELA, Elaine & NEIVA, Pedro. Temas e regiões nas políticas externas de Lula e Fernando Henrique: comparação do discurso dos dois presidentes. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, Vol. 54, No. 2, 2011, pgs. 70-96.

Recebido em: Novembro 2013;

Aprovado em: Maio 2014.